

TERRITORIALIDADES ÉTNICAS: ALGUMAS POSSIBILIDADES TEÓRICAS

Simpósio Temático Geografias Indígenas

Tomas Paoliello Pacheco de Oliveira

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG)
da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

tomasrj@gmail.com

Resumo:

O trabalho busca consolidar uma proposta analítica partindo da geografia sobre a questão do desenvolvimento dos grupos étnicos e suas territorialidades. Num âmbito amplo a pesquisa situa-se na tradição dos estudos geográficos com preocupações voltadas à dimensão cultural. A proposta é que tal pesquisa concentre-se nas condições políticas que permeiam as relações entre espaço e cultura. O recorte empírico é contextualizado em uma sub-região do sertão pernambucano, ao longo dos últimos séculos, todavia concedendo especial atenção à situação contemporânea. A partir da narrativa histórica de determinadas territorialidades indígenas e quilombolas e suas dinâmicas relações com as forças colonizadoras, objetiva-se investigar algumas possibilidades teóricas. Busca-se apreender as relações sociais destes grupos étnicos com o espaço, na sua dimensão política, principalmente territorial. Porém a escala de análise, como proposto pelo antropólogo Fredrik Barth, não é a do grupo étnico em si, mas sim as suas constantemente mutáveis fronteiras étnicas. Neste sentido deve ser objeto de atenção justamente o processo político que estrutura essas fronteiras étnicas, as quais não devem ser pensadas de maneira reducionista como construções essencialmente culturais. Para a geografia a análise é interessante pois este processo político descrito pelo antropólogo norueguês tem como seu principal motivador a organização e luta dos grupos para obter maior autonomia através justamente do domínio territorial, das territorialidades. Escolheu-se desenvolver tal esforço teórico promovendo um diálogo principalmente entre algumas ideias da antropogeografia de Ratzel e outras relacionadas à proposta de análise dos grupos étnicos de Barth. Para tanto serão pesquisados e apresentados contextos acadêmicos e sociais que tais autores vivenciaram bem como suas principais formulações teóricas. Parte-se da hipótese de que apesar de estarem em campos disciplinares diferenciados, e em distintas temporalidades, existem diversas aproximações entre tais autores que possibilitam o estabelecimento de um solo fértil para pesquisa geográfica sobre as territorialidades étnicas. Balizando tal hipótese está o reconhecimento de que no contexto da consolidação da Geografia como disciplina científica esta se aproximou bastante das discussões promovidas por precursores da ciência antropológica. Esta proximidade atingirá níveis diferenciados ao longo do desenvolvimento das duas disciplinas, com momentos de maior diálogo e outros nos quais estas relações foram marginalizadas dentro dos seus respectivos campos acadêmicos. Contudo não se perseguirá uma descrição desta história das relações disciplinares, mas sim a contribuição que tais autores – e os contextos, metodologias e aparatos conceituais indicados – podem trazer à resposta da questão que relaciona os grupos étnicos e suas territorialidades.

Palavras-chave: territorialidades étnicas, espaço e cultura, antropogeografia, situação colonial

1. Introdução

Este trabalho se insere numa linha de pesquisa que analisa as relações entre os grupos étnicos e o espaço geográfico no contexto brasileiro, mais especificamente na região Nordeste. Neste sentido já foram desenvolvidos trabalhos sobre as quantificações dos indígenas, principalmente analisando os censos do IBGE (PAOLIELLO, 2007, 2008 e 2012), e também trabalhos nos quais um mesmo espaço é acompanhado no seu longo processo histórico focando nas dinâmicas étnicas e territoriais (ibidem, 2012). O presente artigo propõe progredir nesta linha de pesquisa através da discussão sobre duas importantes contribuições teóricas e metodológicas no tema: a antropogeografia de F. Ratzel¹ e os grupos étnicos e suas fronteiras, de F. Barth.

Para identificar tais contribuições usaremos o recurso metodológico de partir de experiências de pesquisa próprias, principalmente buscando relações e suas problematizações com os autores escolhidos. O tema em foco é o das relações entre os processos de territorialização e o desenvolvimento das fronteiras étnicas em uma região do sertão nordestino (idem). Esta pesquisa tem forte caráter histórico, que objetiva a descrição contextual de longos processos

¹ Entendemos as limitações deste artigo, principalmente pela ausência de expressivas traduções das principais obras completas de Ratzel para o português e por nossa impossibilidade pessoal de leitura na sua língua original. Intentamos diminuir tal lacuna processando com especial atenção as leituras dos textos do próprio autor que foram acessados, conjuntamente aos trabalhos que comentem suas ideias, amplamente disponíveis.

sociais, porém focando em períodos mais curtos, selecionados para possibilitar uma maior densidade e profundidade das descrições. Assim, como ponto central de interesse apresentamos a ampla questão das relações entre etnicidade e espacialidade. Como questões que se desenrolam desta primeira temos: quais as relações de proximidade e divergência entre as perspectivas antropológicas e geográficas? Qual o reflexo das fronteiras étnicas no espaço geográfico? Qual o reflexo das espacialidades nas fronteiras étnicas? O que são territórios étnicos? O sertão pode ser um território étnico?

Como justificativa para a escolha destes autores, além de serem considerados clássicos para iluminar estas questões, temos o interesse pelo desenvolvimento histórico das disciplinas científicas, no caso a geografia e a antropologia, e a importância de Ratzel e Barth para esse processo. Basicamente estes dois campos disciplinares são umbilicalmente relacionados desde o período de suas institucionalizações, compartilhando interesses, conceitos, teorias e métodos. Neste âmbito a relevância de Ratzel é basilar e reconhecida nas duas disciplinas, razão pela qual a sua análise terá maior ênfase.

Observando estas relações disciplinares a partir da perspectiva da geografia, após estes primeiros momentos de íntima convivência, podemos acompanhar períodos/autores/correntes e teorias/métodos os quais promovem sucessivamente o afastamento e a aproximação da sua disciplina com a dimensão cultural e a antropologia. Hoefle (2007) desenvolve uma classificação sobre esse relacionamento disciplinar, apontando que os momentos de maior convergência estão nas fases críticas da ciência, com foco nos temas da diversidade cultural e ambiental, e os de maior divergência naquelas fases de hegemonia dos paradigmas racionalistas, que podem variar desde uma indiferença mútua até o confronto teórico frontal. Acompanhando tais periodizações temos Ratzel como o primeiro proponente da linha de pensamento do Difusionismo Cultural², surgida nas

(...) últimas décadas do século XIX, como alternativa intelectual alemã ao Evolucionismo e ao Funcionalismo de seus rivais imperiais. O contexto de crise econômica e de expansão para as colônias neste período imprimiu uma ênfase na diversidade cultural e ambiental do mundo, na agência de processos espaciais (em lugar da evolução unilinear) e na descrição etnográfica qualitativa. (ibidem, 14)

A inspiração trazida principalmente pelos dois volumes do *Völkerkunde* (1885-8) não fomentou imediatamente as relações entre geógrafos e antropólogos, pois os primeiros teriam ignorado a obra, tanto na época, quanto atualmente (ibidem, 15). Assim, o desenrolar das ideias ratzelianas se dá através de duas perspectivas diferentes, na geografia privilegiando sua geografia política e a relação homem-natureza, e na antropologia o difusionismo cultural. Neste sentido Hoefle (idem) lembra que Hartshorne, já em 1939, alertou para as equivocadas leituras de Ratzel feitas através do determinismo ambiental evolucionista de Semple e Huntington. Apesar de estarem em lados opostos da arena teórica e metodológica da geografia³, Sauer (1971, 254) também lamenta o esquecimento principalmente dos trabalhos de Ratzel sobre os EUA e México. O próprio clássico *Morphology of Landscape* (1925) teria sido gestado em parte pela insatisfação de Sauer com a então dominante perspectiva do determinismo ambiental, especialmente como existente nos trabalhos de E. Semple and H. Barrows (SCHEIN, 2004, 13).

Porém, se os geógrafos não se interessaram pelo difusionismo cultural de Ratzel, este influenciou gerações de antropólogos na Alemanha, como afirma Hoefle (op.cit., 16). Foi através de F. Boas⁴, o qual levou a teoria

² O evolucionismo tinha tido primazia nas nascentes concepções modernas de cultura, como destaca Hoefle (op.cit., 11) indicando as teses pioneiras de Tylor (1871), Morgan (1877). E, compartilhando essa base filosófica do evolucionismo, temos alguns dos principais cientistas da época, como Darwin, Comte, Spencer, Maine e Wallace.

³ Hoefle (ibidem, 19) classifica Hartshorne, ao lado de George como um funcionalista estrutural, corrente da qual se desenvolve o estruturalismo. Estas aportaram na geografia a metodologia positivista matemático-quantitativa, com entre outros, Berry, Friedmann, Haggett e Harvey.

⁴ SEEMANN (2005) narra, em artigo intitulado ‘Em busca do lugar de Franz Boas na geografia cultural’, o progressivo distanciamento de Boas em relação aos preceitos de Ratzel:

“Em sua viagem ao nordeste do Canadá (Baffinland) em 1883, Franz Boas tinha a *Anthropogeographie* de Friedrich Ratzel em sua bagagem e acreditava no determinismo inegável do ambiente e na imposição de forças naturais na vida dos esquimós, mas sua estada revolucionou seu ponto de vista (Spier, 1959:146).”

“Em resumo, os fatores geográficos podem ser ‘relevantes para limitar e modificar culturas existentes’ (Boas, 1940g:306) e ‘trazer um certo grau de ajustamento entre o ambiente e a vida social’ (Boas, 1938:63). Há uma relação mútua entre cultura e ambiente: o ambiente modifica a cultura, e a cultura modifica certos aspectos do ambiente”

“A viagem, portanto, não resultou num fortalecimento de sua posição determinista, mas provocou uma ‘desilusão completa’ a respeito da importância dos fatores geográficos como elementos criadores da vida cultural (Boas, 1940g:306). A conclusão (...) foi que as condições ambientais podem estimular atividades culturais, mas não são forças criativas”

difusionista nos EUA, que fomentou-se na “Universidade da Califórnia, em Berkeley, (...) o principal centro do Difusionismo Cultural nos Estados Unidos, promovido por seus discípulos Kroeber e Lowie e em intenso intercâmbio com Sauer, também influenciado pelo pensamento geográfico e filosófico alemão” (idem):

(...) de 1914 a 1945, antropólogos e geógrafos desenvolveram uma linha difusionista idiográfica e particularista, tomando uma visão holística de cultura como base teórica para travar (...) implacável crítica ao determinismo ambiental, econômico e bio-racial do Evolucionismo e ao determinismo orgânico-social do Funcionalismo.

Contudo variados fatores fizeram com que tal linha de pensamento fosse descontinuada. Em primeiro lugar a derrota da Alemanha na primeira guerra mundial e perda de suas colônias (e conseqüente fim do império como objeto de estudo da geografia e etnologia), e o afastamento dos geógrafos alemães “(...) da União Geográfica Internacional em retaliação ao seu papel na Primeira Guerra. O golpe final é a ascensão nazista que quase destrói a Ciência no país (Hobsbawn 1994, Sandner e Rössler 1994, Taylor 1985)”. (idem). Num panorama mais amplo,

Após 1940, a escola difusionista perde força, cedendo lugar ao Funcionalismo Estrutural, e depois ao Estruturalismo, paradigmas que provêm do Funcionalismo francês de Durkheim e La Blache. A Geografia perde sua dimensão histórica, quase que elimina questões ambientais e progressivamente elimina a descrição etnográfica em favor da quantificação analítica, o que afasta a disciplina da Antropologia que se mantém fiel ao holismo cultural até a década de 1980. (ibidem, 17)

Paralelamente a ciência geográfica, sempre em busca de legitimação de seu campo disciplinar, responde ao estigma do determinismo ambiental a ela imposto externamente com uma maior dicotomização entre sociedade e natureza, afirmando-se como uma ciência puramente social e abandonando quaisquer tentativas de relacionamento entre sociedade e natureza. Responde às acusações de empirismo e da ausência de reflexões teóricas com um aporte filosófico positivista. E, aos reclames de que estava se tornando muito próxima à história, são interpostas as geografias do presente, sincrônicas, com pouquíssima preocupação analítica baseada na história. Observamos este processo fortalecer-se tanto nas teses da chamada geografia teórica quantitativa, quanto nas da sua ideologicamente oposta geografia crítica. Tais mudanças eram justificadas pela necessidade de modernização da disciplina frente aos novos desafios teóricos e metodológicos, os quais identificavam como atrasados e superados a maior parte do pensamento dos geógrafos clássicos. Nestas reformulações perdem sentido muitas das complexas propostas não somente de Ratzel, mas também de Reclus e La Blache⁵, a partir de então destinadas ao esquecimento, ou às esporádicas lembranças laudatórias como pioneiros da ciência geográfica, porém sem maiores interesses teóricos e metodológicos para o desenvolvimento presente da disciplina.

Também neste período, na antropologia o estruturalismo teve um de seus maiores representantes, Lévi-Strauss. Hoefle (ibidem, 20) descreve que nesta época o tema do desenvolvimento teria sido responsável por algumas das poucas convergências entre as disciplinas, através de trabalhos com matizes ideológicas diversificadas. Nas últimas décadas do século XX a dimensão cultural ganha maior destaque na geografia (CORRÊA, 2009), com variadas roupagens no contexto do pós-modernismo, algumas influenciadas pelo marxismo cultural, outras pelo humanismo e pela fenomenologia, tais questões promovem um novo período de convergência com a antropologia.

Schein (op.cit.) explora o tema das tradições culturais na geografia, principalmente sobre duas posições contemporâneas e antagônicas quanto à continuidade destas tradições no desenvolvimento da disciplina. O exemplo é o embate entre os que consideram que essa nova geografia cultural é basicamente derivada dos chamados Estudos Culturais ingleses, nada devendo à tradicional geografia cultural norte-americana, e aqueles que percebem uma continuidade na geografia cultural, desde Sauer. Schein (ibidem, 20) explicita críticas às duas posições, mas afirma que em sua própria formação teriam sido tão importantes quanto os ensinamentos do pós-estruturalismo, os aportes de Sauer e da escola de Berkeley, principalmente na sua atenção aos detalhes empíricos, assim como na preocupação com a longa duração. Já na visão de Cosgrove e Duncan o estabelecimento da nova geografia cultural deve ser observado como uma superação da tradicional geografia cultural saueriana.

Em proposta metodológica explicitada no seu importante livro *The City as Text: The Politics of Landscape Interpretation in the Kandyen Kingdom*, J. Duncan (1990), já no segundo parágrafo do texto, ainda no capítulo

⁵ Hoefle (op.cit., 17) classifica La Blache como funcionalista evolucionista - corrente responsável pelo ‘determinismo social’ que prevaleceu no século XX. - ao lado de, na geografia, Demangeon, e nas demais ciências sociais, Durkheim, Freud, Marshall, Mauss e Weber.

Por outro lado, observamos aproximações entre os dois importantes geógrafos clássicos (LA BLACHE, 2009; MERCIER, 2011).

introdutório, deixa claro que sua abordagem representa uma acentuada quebra na forma a qual tradicionalmente os geógrafos norte-americanos estudaram a paisagem. Segundo Duncan (ibidem, 3) a escola fundada por Sauer influenciou vastamente os estudos sobre paisagem subsequentes, marcados, neste sentido, pela análise quase que exclusiva da cultura material e não do homem em si, deixando de lado as relações entre organização social e paisagem:

Talvez por causa de seu fetichismo pelo objeto, sua fascinação com a reconstrução histórica, e sua crença na possibilidade de uma observação não mediada como garantia de objetividade, os geógrafos tiveram seus métodos de pesquisa limitados à observação e ao estudo de arquivos. (...) Embora existam exceções, a questão do significado da paisagem é usualmente tratada somente a partir do ponto de vista do próprio pesquisador. (ibidem, 11, *tradução do autor*)

Para Duncan essa tendência positivista da geografia cultural tradicional, compartilhada com a antropologia cultural norte-americana do mesmo período, apresentava-se como sendo fundamentada numa teoria alegadamente neutra, não cultural e não ideológica. A estes aspectos Duncan contrapõe, diversos autores que a partir dos anos 1970 passam a combater diretamente esses preceitos, como Foucault, R. Williams, C. Geertz, E. Said, U. Eco e R. Barthes.

Todas essas mudanças disciplinares e suas diferentes narrativas (enfim, o próprio desenvolvimento científico) estão totalmente inseridas na sociedade, e assim, intimamente relacionadas com suas contradições e dinâmicas. Portanto nosso objetivo perpassa também por explicitar quando possível essas relações, não isolando os autores, seus pensamentos e obras dos contextos. Não podemos obliterar as potentes razões políticas que sustentavam o florescimento das duas disciplinas no final do século XIX. A importância destes estudos na conformação das ideias de nação, raça, Estado, território, civilização, colonização, progresso e evolução foi central no contexto europeu da consolidação dos Estados nacionais e sua expansão colonial, e marcou profundamente estes campos científicos. Assim como o contexto desenvolvimentista de meados do século XX, em suas vertentes pró e contra o livre mercado, também influenciaram e se associaram às mudanças epistemológicas da disciplina, distanciando-a dos seus clássicos fundadores.

Intentamos com este artigo reafirmar as possibilidades do estudo geográfico-cultural a partir de uma perspectiva histórica, que comporte a observação e trabalho de campo, perseguindo densas descrições contextualizadas de espaços delimitados, todavia destacando suas inter-relações escalares, e assim alcançar, apenas quando possíveis forem, maiores generalizações e classificações. Outra característica fundamental nessa proposta é o tratamento político das questões culturais e espaciais, focando nos conceitos de território/territorialidade e fronteiras étnicas, ressaltando assim as relações de poder existentes na sociedade. Apresentaremos a seguir alguns apontamentos sobre Ratzel que sejam inspiradores neste sentido. Na seção posterior efetuaremos tarefa similar em relação à Barth, e finalizamos tecendo comentários sobre as possíveis relações entre tais autores e o tema em foco.

2. Ratzel

Primeiramente exporemos algumas notas biográficas sobre o autor, compiladas de Wanklin (1961), Moraes (1990, 18-19), Martins (2001), Sauer (1971), Seemann (2005 e 2012) e Carvalho (1997)⁶:

Friedrich Ratzel (1844-1904) foi filho de um camarista do duque de Baden, trabalhou na adolescência como ajudante de farmácia e estudou numa escola técnica local. Aos 21 após convencer sua família da possibilidade de entrar no ensino superior cursou zoologia na Universidade de Heidelberg, e em seguida nas Universidades de Jena, onde foi aluno de Haeckel, e Berlim. Iniciou as atividades de jornalista, fazendo artigos sobre viagens o que lhe aumenta o interesse em elementos geográficos. Aos 22 anos teve uma experiência na guerra contra a França, curta porém marcante para sua visão nacionalista e não pacifista. Retorna à sua atividade jornalística, porém antes tem uma passagem na Universidade de Munique estudando geologia com Zittel. Entre 1874-5 realizou significativa viagem através dos EUA e México, onde tem encontro que sempre será lembrado com o também zoologista Agassiz. Sauer afirmou que a viagem teria transformado o jovem 'jornalista-biólogo' num geógrafo. Em sua volta estabelece-se como professor na faculdade politécnica de Munique, apresentando uma tese na qual lançou o termo geografia cultural, sobre a migração chinesa, tema que conheceu na Califórnia. Sauer (op.cit., 253) reconhece os trabalhos de Ratzel sobre a América como uma geografia histórica de grande desígnio. Paralelamente prosseguiu suas atividades jornalísticas, alcançando o cargo de editor. Após trabalho de comparar e ordenar os materiais

⁶ Os dois últimos utilizando muitas vezes como fonte destas informações o artigo de A. L. Sanguin, intitulado *En relisant Ratzel*, e publicado nos *Annales de Géographie* (1990, nº 555, p. 579-594).

levantados nas viagens (principalmente à América), sistematizou teorizações e publicou em Munique, seu célebre livro, *Antropogeografia* (1882), que o consagrou na academia alemã. Neste período ainda escreve grande parte do *Völkerkunde*, publicado entre 1885 e 1888. Já em 1883 assumiu a cátedra de geografia em Leipzig, substituindo Richthofen, na cadeira de Peschel. Também dirigiu e trabalhou na Sociedade Geográfica de Leipzig, que teve importante papel na difusão do pensamento de Ratzel, pois contava com membros de diversas origens, como EUA, Rússia, Índia, Itália, Sérvia, Inglaterra, e França. Editou a 'Biblioteca de Manuais Geográficos' e foi coordenador do Comitê Central para Estudo da Geografia da Alemanha, trabalhando em estudos regionais e monográficos.

Ratzel teve uma obra grandiosa e variadas ocupações e interesses (além da geografia: zoólogo, naturalista, etnógrafo, jornalista - correspondente geográfico -, historiador, professor universitário, escritor de grandes sistematizações geográficas, escritor de livros para ensino escolar, orientador para formação de professores escolares, escritor de artigo de variados temas, e participante ativo de comissões e sociedades), e, portanto não é o objetivo desse trabalho abordar este recorte detidamente. Trataremos aqui de uma primeira aproximação com o clássico autor e alguns de seus textos selecionados, principalmente as traduções de trechos teóricos metodológicos das obras *Antropogeografia* (RATZEL, 1990a) e *As raças humanas* (RATZEL, 1990b) e alguns de seus comentaristas.

Uma observação se faz necessária quando falamos sobre Ratzel, pois tal autor foi predominantemente lido de forma bastante empobrecida, tanto no senso comum como pelos seus pares geógrafos e outros cientistas sociais. Logo, salientamos que esse problema aconteceu em parte devido a limitações próprias ao geógrafo alemão. Longe de diminuir a importância do autor, trata-se de apontar questões que não devem ser esquecidas em qualquer análise de Ratzel. Primeiramente a relativa escassez de traduções para um personagem central na história da geografia e das ciências, e a dificuldade de fazê-las em bom nível⁷. Um segundo ponto é a complexa trajetória do autor, a qual abordamos acima, tanto no sentido de não respeitar os limites dos campos disciplinares, quanto na variedade de atuações profissionais ao longo de sua vida.

Outro fator limitante para uma análise do pensador alemão é (destacadamente em suas três obras principais) seu estilo amplo e generalista, o qual dificulta a simples extração de teorias. Estilo esse que não lhe singulariza, pois compartilhado principalmente com outros naturalistas alemães, como Humboldt. Como exposto por Wanklyn, Ratzel escrevia muito bem, e esse era um de seus principais afazeres. Seu público não era somente o acadêmico, e suas obras eram amplamente lidas, porém também recebiam críticas de seus colegas da época, pelo seu caráter superficial e pela 'amorfa massa de conhecimentos nunca disciplinadas numa sistematização de maior valor' (WANKLYN, 1961, 3). Embora não possamos deixar de reconhecer seu declarado esforço teórico e sistematizador, numa obra da magnitude da ratzeliana há de se compreender que variações em suas definições e propostas são comuns e denotam, em nossa visão, (além de sua profusão na escrita e no público alvo) o extenso conhecimento empírico do autor, e como estes exemplos foram sendo incorporados em sua proposta científica. Logo, há de se proceder cuidadosamente na análise dos textos de Ratzel, porém obrigatoriamente cada leitura irá privilegiar pontos de interesse específicos.

Compreendemos que o alcance na definição dos objetos da antropogeografia de Ratzel foi muito mais amplo do que as matérias de interesses das pesquisas geográficas contemporâneas, crescentemente especializada e fragmentada, e portanto, oferece uma riqueza de relações que hoje não são comumente problematizadas. Moraes (op.cit., 7) destaca que o projeto de Ratzel era interdisciplinar, articulando história, etnologia e geografia e produzindo fortes influências na geografia, antropologia e política. A antropogeografia seria então uma ciência humana e da terra, observando numa visão orgânica o homem como um ser terrestre, e, portanto uma disciplina que aborda o domínio de contato entre fenômenos naturais e sociais. Em termos teóricos/metodológicos Ratzel tem grande diversidade de influências, destacadamente, na geografia (Ritter, Peschel, Humboldt e Kant), entre naturalistas (Haeckel, Buffon, Pallas, Zimmermann, e J. R. Foster), positivistas (Comte, Herder, Taine e Spencer), além do pensamento evolucionista de Darwin e principalmente Lamarck.

Na sua análise sobre as 'fontes teóricas de Ratzel', Moraes (ibidem, 17) descreve que na definição do objeto Ratzel utiliza principalmente a filosofia da história de Herder e a geografia comparada de Ritter. Na definição de seu método o geógrafo alemão baseia-se na filosofia positivista de Comte e na ecologia de Haeckel. Neste sentido

⁷ Como descrito por Wolf-Dietrich Sahr, revisor técnico da tradução de um artigo para o português (CARVALHO, 2010), traduzir Ratzel é uma tarefa bastante complexa, pois sua escrita tem características próprias do romantismo alemão, utilizando duplicidade de sentidos em palavras e frases, que o afastam do estilo racionalista da época.

Moraes afirma que “A antropogeografia visava realizar um projeto teórico romântico com um instrumental positivista”, instaurando na geografia ‘dualismos irresolvíveis’, afinal o positivismo demandava leis e um objeto singular, tarefas que a geografia não poderia cumprir. Apesar de seu enorme esforço em adequar a geografia ao método positivista Ratzel manteve um distanciamento crítico à Comte que lhe permitiu reivindicar a relevância da geografia frente aos esquemas de hierarquias da ciência que este preconizou (RATZEL, 1990a, 46).

Outra questão que contribuiu com o empobrecimento das leituras de Ratzel é sua postura política polêmica. Embora sem filiações partidárias sempre demonstrou ser um profundo conhecedor da política de seu tempo, também deixando claro sua negação ao pacifismo e sua filiação ao expansionismo imperialista alemão (WANKLYN, op.cit.). Posteriormente a sua morte este posicionamento é também extrapolado como pretensa justificativa teórica para o expansionismo do período nazista. Entendemos que a primeira ‘acusação’ é mais próxima da realidade, embora também represente ideias hegemônicas no contexto de sua produção. Heffernan (2008, 12) aponta que, “Os principais representantes da geografia acadêmica – notavelmente Mackinder em Oxford e Friedrich Ratzel em Leipzig – não somente objetivavam explicar os mecanismos humanos e naturais do mundo, mas também justificar a existência dos impérios europeus”, e a estes podemos também somar La Blache (2009). Tais justificativas argumentam principalmente no sentido da superioridade civilizacional dos povos europeus e da necessidade de expansão destes sobre povos mais fracos. Heffernan também discorre sobre a crescente importância política dos geógrafos no início do século XX, e suas participações em comissões/órgãos nacionais de estratégia, geopolítica e guerra. Sobre o uso pelo nazismo de suas teorias, em artigo publicado no ano de sua morte, *Nationalitäten und Rassen*, Ratzel alerta explicitamente contra as teorias raciais de Gobineau e H. Chamberlain (WANKLYN, op.cit., 36).

Outra primordial questão que estigmatizou as leituras sobre Ratzel foi o seu prolapado determinismo ambiental, principalmente através do debate entre franceses e alemães neste período de legitimação institucional da disciplina⁸. Ratzel foi oposto por L. Febvre (1922) ao método vidaliano denominado então, possibilista e “(...) cuja principal qualidade era, justamente, invalidar o falacioso determinismo” (MERCIER, 2011). Este autor evidenciou a proximidade de Ratzel e La Blache, na importância dada às relações homem-meio, às diferenciações regionais e ao Estado:

Os geógrafos supracitados aderem a uma concepção geral comum segundo a qual a influência das condições ambientais sobre o estabelecimento humano é mediada pela própria ação humana. A partir desse postulado, ambos vão elaborar geografias regionais e políticas que, no plano teórico, são amplamente convergentes. Por conseguinte, defendem que, subjacente à criação do Estado, a diferenciação regional e a solidariedade inter-regional dependem de uma dinâmica geográfica determinada, ao mesmo tempo, pela capacidade técnica das sociedades humanas, pelas condições naturais nas quais elas evoluem e pela intensidade das trocas entre uma sociedade e seus vizinhos. (idem)

Ratzel faz uma leitura crítica de Comte, condenando o tratamento concedido por este último ao que seria exatamente o objeto central da antropogeografia, as influências do solo na história dos povos. Ratzel afirma que o conceito de *milieu* de Comte e Taine distingue apenas as influências do ambiente que tem origem na posição do território em relação ao Sol (latitude) e assim, não são abordadas a posição de um território e de um povo em relação aos outros, as relações geográficas de vizinhança e suas inúmeras formas, e as influências exercidas pelas relações de espaço. Segundo Ratzel (1990a, 44), nem eles nem seus seguidores “atribuíram ao solo (...) a importância que lhe é devida”.

Este debate prossegue com Durkheim, que em um artigo intitulado *Morphologie Sociale* justamente propõe o desenvolvimento de uma ciência com este nome, que substituiria a geografia,

Ora, essa palavra – geografia – induz quase que fatalmente a lhes atribuir uma importância que eles não tem. (...) O número dos indivíduos, a maneira como eles estão agrupadas, as formas das suas habitações, não constituem em nenhum grau um fato geográfico. Porque então conservar um termo que é desviado da sua significação ordinária? Por estas razões uma rubrica nova nos parece necessária. É o que nos propomos ao colocar em relevo a unidade de todas essas pesquisas, a saber, as formas sensíveis, materiais das sociedades, ou seja, a natureza de seu substrato. (DURKHEIM, 1897-8)

Numa resenha (DURKHEIM, 1898-9) sobre o recém lançado livro de Ratzel – Geografia Política –, o sociólogo francês indicou a ‘insuficiência de rigor’ do método de Ratzel, e a variação deste entre dois pontos de vista, que para eles são excludentes: o estudo das relações espaciais com causas sociais e àquelas que Ratzel define como ligadas ao

⁸ Outro contribuinte significativo para esta perspectiva foi a tradução do 1º volume da Antropogeografia por E. Semple.

solo, que Durkheim não aceita como válidas. Tal crítica é exatamente à possibilidade de uma ciência que incorpore estas duas perspectivas, e que para Ratzel daria a riqueza e singularidade da geografia. Esta dualidade acompanha toda a história da geografia, ora vista como Ratzel (e outros geógrafos clássicos, como Reclus e La Blache, embora com outros conceitos e metodologias) como argumento para especificar a disciplina, ora como sua fraqueza, que deveria ser totalmente superada para que esta atingisse um estatuto científico (como na quase totalidade dos trabalhos contemporâneos da geografia).

Ratzel, no primeiro capítulo da Antropogeografia, tratando da ‘*evolução dos conceitos relativos à influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade*’ critica Rosseau, Montesquieu, Buffon e Voltaire, e como aponta Moraes (op.cit., 16-17), assume um ideal nacionalista, contrário ao cosmopolitismo e universalismo, e distingue que Herder teria sido o primeiro moderno a equacionar corretamente a questão de analisar o homem em unidade com a terra, elogiando e assumindo também o seu conceito de progresso. Ratzel define a antropogeografia como ciência descritiva, de método indutivo, que objetiva a comparação (em diferentes faces da perspectiva espacial) e classificação (RATZEL, 1990a, 94-98). Como interpretado por Moraes (op.cit., 13), uma ciência empírica, na qual a pesquisa inicia-se com a observação e indução, uma descrição minuciosa de quadros específicos circunscritos, seguida de uma etapa de comparação e classificação, para posterior retorno à escala local e a um povo, e então identificar aí os nexos causais existentes.

Último ponto fundamental em nossa contextualização do pensamento de Ratzel, também relacionado com este debate entre ele e Comte e Durkheim⁹, é a sua postura crítica ao evolucionismo hegemônico no período (as teses de Tylor e Morgan, por exemplo) e ao funcionalismo. A relação de Ratzel com o evolucionismo é mais complexa do que muitas vezes propagado. Além das variações durante diferentes momentos de sua obra, pois progressivamente vai aumentando as críticas à Darwin, o geógrafo alemão teria maiores concordâncias com o pensamento de Lamarck. Seu primeiro contato com o trabalho de Darwin teria sido através do pensamento ecológico de Haeckel, seu professor em Jena (WANKLYN, op.cit., 7). Ratzel, em 1871 conheceu o naturalista e então curador do Museu Etnográfico de Munique, M. Wagner, o qual traduziu Darwin para o alemão (ibidem, 11). Todavia Wagner criticava aquele pela negligência à dimensão espacial, propondo a centralidade da difusão para a teoria da evolução. Ratzel, durante e após sua passagem na América do Norte teria adaptado tais ideias para a humanidade, focando seus estudos nas migrações (SAUER, op.cit., 245). Conforme Moraes (op.cit., 16), Ratzel teria assumido de Lamarck a teoria da adaptação e muitos elementos do conceito de meio, ao qual adicionou contribuições de Comte e Haeckel. Name (2010) também entende que Ratzel se aproximou mais de Lamarck do que de Darwin, e que tal característica é compartilhada por La Blache, e ‘outros cientistas sociais como Durkheim, Mauss e Weber’.

A partir da sistematização das ideias de Ratzel proposta por Martins¹⁰ (2001, 2), aliada a nossa própria interpretação do autor, propomos identificar alguns tópicos que lhe são essenciais e outros que nos são de maior interesse neste

⁹ Esta posição refratária de Ratzel frente ao iluminismo pode ser verificada em três artigos traduzidos em português e comentados, ambos originalmente lançados nos últimos anos de vida de Ratzel, e que demonstram sua visão dos limites da ciência frente às dimensões religiosas e artística. O primeiro, “O insípido está sempre incorreto”, traduzido e comentado por Carvalho (2010), seguido de ‘Amigos, o sublime não mora no espaço’ (RATZEL, 2001), e o terceiro “Sobre a interpretação da natureza”, publicado em 1903, do qual citamos:

“A ciência não é suficiente para entender a linguagem da natureza.” (RATZEL, 2010, 157)

“Assim entendido, é uma bela ideia que o inverno de um iluminismo meramente racionalizante da ciência natural poderia ser expulso por uma primavera ensolarada de uma alegria da natureza e de uma aproximação amical com ela. Nesta primavera, a coroa floral de um viver corporal e sentimental, e de um pensar, poderia ser trançada. Denominamos esta primavera a fruição da natureza, e ela poderia ser trançada por cada vez mais pessoas em todos os países e em todos os dias, ampliando sempre os conhecimentos; e para isso, o ensino da geografia deveria contribuir, apesar de sua má fama de ser árido!” (ibidem, 158)

¹⁰ Martins (2001, 2) sintetiza que “Em linhas gerais a obra de Ratzel é uma tentativa de superar uma geografia puramente descritiva e de avançar na formulação de grandes construções explicativas, onde o “sentido de espaço” (*Raumsinn*) ocupa lugar primordial”. E destaca cinco das ‘fecundas ideias ratzelianas’: 1) O estudo dos efeitos recíprocos entre o homem e seu ambiente (...) (*Anthropogeographie*, vol. 1, 1882); 2) O papel importante desempenhado pela cultura e pela difusão cultural (*Völkerkunde*, 1885-8); 3) As relações entre o homem e a natureza devem ser compreendidas não somente sob o ângulo da mediação técnica ou econômica (trabalho, progresso), mas também, e sobretudo, levando-se em consideração a mediação política (...) (*Politische Geographie*, 1897). (...) o “organismo” político a que Ratzel se refere (...) expressa a unidade orgânica do homem e da Terra, incluindo todos os objetos perceptíveis, materiais e imateriais, vinculando-se ao conceito da unidade (*Ganzheit*) de matriz romântica; 4) A importância básica da geografia física para toda a pesquisa geográfica (*Die Erde und das Leben*, 1901-2); 5) A descrição artística da natureza e da paisagem deve preencher tanto as necessidades científicas como as estéticas (*Über Naturschilderung*, 1904).

vasto campo para prosseguir em nossos objetivos:

2.1.Principal destaque da antropogeografia à ciência moderna e contemporânea:

Objetivo primordial da antropogeografia: estudar as influências naturais sobre a história dos povos. A relação homem-natureza da antropogeografia é muito mais complexa do que uma simplória dualidade que se desenvolveu aceleradamente durante o século XX e dominou a geografia acadêmica. Muitas são as passagens nas quais Ratzel demonstra minuciosamente como tal relação é intrínseca à humanidade e à natureza, e assim, que as análises geográficas não podem prescindir de elementos dos campos das ciências naturais e das humanas. A Terra é o ponto de junção entre estas perspectivas, conformando o campo da geografia: o desenvolvimento humano sobre/com a Terra.

Ratzel (1990a, 58-60) enumera quatro formas de influência natural sobre o homem. Primeiro, sobre os indivíduos, uma modificação profunda e duradoura, inicialmente somente no corpo e espírito do indivíduo (de natureza fisiológica e psicológica, depois se estendem a povos inteiros e assim passam ao âmbito da história e geografia). Segundo, direciona, acelera ou obstaculariza a expansão das massas étnicas. Determina a direção da expansão, sua amplitude, a posição geográfica, os limites. Terceiro, “Uma influência imediata sobre a essência íntima de cada povo que se exerce impondo a ele condições geográficas que favorecem o seu isolamento e por isso a conservação e reafirmação de determinadas características, ou facilitando a miscigenação com outros povos e portanto a perda das próprias características.” (ibidem, 60). Quarto, “Sobre a constituição social de cada povo, que se exerce ao oferecer-lhe maior ou menor riqueza de dotes naturais, ao facilitar-lhe ou tornar-lhe difícil primeiramente a obtenção dos meios necessários para a vida, e depois dos meios necessários ao exercício da indústria e do comércio e pois a obtenção da riqueza por meio da troca.” (idem). Conforme Ratzel as três últimas são influências geográficas, contudo a primeira nada tem a ver com ela, e seus problemas devem ser analisados pela fisiologia e psicologia.

2.2.O caráter de longa duração histórica dos estudos geográficos

Profundidade histórica, longas descrições das difusões humanas e dos encontros dos povos. No título do primeiro volume da *Antropogeografia, ou uma Introdução para a Aplicação da Geografia à História* já demonstra tal caráter: “(...) quando no estudo antropogeográfico nos encontramos diante de um fato cujas condições atuais não bastam para explicar, então é necessário voltar os olhos ao passado e buscar aí as causas que o presente não nos revela, sem o que se cairia num erro de lógica elementar.” (ibidem, 99). Ratzel parte da crítica à Hume, o qual apostaria numa análise com recorte temporal muito pequeno, e assim, não “não reconheceu a importância que cabe ao tempo na formação das diferenças entre povos singulares” (ibidem, 58). “Afirmações como essas nos lembram muito os geólogos anteriores a Von Hoff e a Lyell aos quais sempre faltou para encontrar a explicação natural dos fatos naturais muito óbvios um só elemento: o tempo”, diz Ratzel (ibidem, 68), ressaltando que “pequenas causas que acumulando continuamente e por longo tempo sua ação podem atingir efeitos de grandeza desproporcional” e que

A vida breve e agitada dos povos através da história e do presente faz com que estes povos não possam jamais nos fornecer bons exemplos para representar as influências diretas do seu ambiente; eles são muito mutáveis para que possam permanecer um tempo suficiente sob a influência de determinadas condições e assim sofre uma ação modificadora. (...) Quando dizemos: ‘este povo é produto do território em que habita’, esquecemos que sobre esse povo se manifestam as influências hereditárias de muitos territórios que já foram habitados por seus progenitores. (ibidem, 68-69)

Ratzel também explicita sua concordância com Herder no postulado de que a história é uma geografia em movimento e também o inverso é verdadeiro. Sobre o caráter histórico de Ratzel, Seemann (2012) salienta que

Talvez o maior mérito de Ratzel tenha sido a concepção da geografia como uma ciência em movimento e não como descrição da Terra. Em um texto sobre “povos em movimento” (RATZEL, 1940), ele sentencia que “não está na natureza da geografia de se ocupar apenas com fenômenos imóveis. Ela registra a situação de qualquer objeto e obtém assim as situações que seguem. E cada situação sempre é determinada pela anterior. Não é muito cômodo olhar as coisas em movimento e não em posição de aparente tranquilidade, mas essa é a única visão correta” (RATZEL, 1940, 11)

2.3.O caráter cultural da pesquisa geográfica

Busca pela formação dos povos, suas origens e difusão. A importância do povo como unidade de análise, e de suas características para a construção do território e vice-versa. Tal característica se associava com um princípio metodológico importante para Ratzel: as narrativas de viagem. Neste ponto ele indica a importância da relação

geografia-etnografia, e como esta teria sido construída, a partir de três razões (de ordem exterior). A primeira seria a predileção pelo elemento humano desde seus primórdios. A segunda pode ser encontrada no fato de que:

(...) na literatura a descrição dos territórios e a descrição dos povos quase não se apresentam mais separadas uma da outra, (...) especialmente quando se trata de países e povos mais longínquos. (...) é esta íntima ligação dos dois elementos que confere particular atrativo às narrações das viagens. Por isso ocorreu que ambos os argumentos fossem estudados e tratados pelos mesmos escritores, de modo que a geografia descritiva e etnografia permanecessem intimamente ligadas entre si tanto na investigação quanto no ensino. (RATZEL, 1990a, 86)

E a terceira razão é a negligência de uma grande quantidade de fenômenos que se referem ao homem pelas outras ciências. Por exemplo, ele cita que a investigação histórica

(...) inicia suas pesquisas a partir do momento em que aparece o documento escrito; e a antropologia até muito recentemente se ocupava apenas do corpo humano, de modo que a história e a etnografia dos povos primitivos e semicivilizados ficassem inteiramente com a geografia; e esta tinha que, querendo ou não, toma-las para si, tanto que ainda hoje a etnografia é estudada e ensinada por geógrafos e frequentemente tem em comum com a geografia as mesmas revistas, livros, bibliografias e obras cartográficas. (ibidem, 87)

A importância concedida por Ratzel ao estudo geográfico dos povos e suas culturas pode ser vista no livro *As raças humanas*. Neste encontramos, surpreendentemente, escritos que demonstram a visão positiva de Ratzel (1990b, 120-121) sobre a miscigenação, que ‘elevaria os graus’ dos povos. A espécie humana para Ratzel se diferencia de todas as outras, apesar de conservar características animais (mesmo entre os civilizados). Na concepção exposta por ele o movimento natural de avanço da civilização (difusão, conquista, miscigenação) levou às diferentes modificações da única espécie humana “que antes confluíam em poucos pontos, (...) em seguida em contatos cada vez mais extensos, e enfim avançar e confundir-se entre si de tal modo que, das suas variedades originárias, não existe hoje mais nenhuma na sua antiga essência particular.” (idem). Entretanto para o geógrafo alemão este mesmo avanço civilizacional reconduziu a uma dupla e grande antítese assim explicitada: Hemisfério boreal X austral; Raça branca e mongol X negra; Conexão continental X desagregação oceânica; Parte do mundo que adentra profundamente na região polar ártica X não sofre influências polares. Nesse sentido Ratzel demonstra que somente o futuro poderá responder além das possíveis hipóteses de sua época a questão da superioridade da ‘civilização’ sobre os ‘povos naturais’.

(...)o experimento verdadeiro(...) [foi] ter introduzido as chamadas raças inferiores no círculo de civilização das raças superiores e ter transposto as barreiras que antes tinham impedido esta introdução não é somente uma esplendida ação da humanidade: este é ao mesmo tempo um acontecimento do máximo interesse científico.

(...) Se pudéssemos dizer hoje (...) o que ocorrerá ao longo de uma série de gerações com estes 12 milhões de escravos negros que foram libertados na América no vintênio passado e que colocados em posse da liberdade e das conquistas mais modernas da civilização poderiam se multiplicar até atingir os 100 milhões, então poderíamos responder com segurança a esta difícil questão em torno dos efeitos que a civilização exerce sobre as diferenças de raças. Mas por hora devemos nos contentar com acenos e hipótese. (ibidem, 126)

Observamos que o conceito de raça em Ratzel está vinculado às características físicas do ser humano, diferenciando-se de povo, que associa-se às características culturais. Neste sentido Ratzel nega a hipótese de que às raças corresponderiam etapas de progresso evolutivo, nem civilizacional.

Por mais diversos que possam ser em relação à raça, os povos naturais não formam grupos de povos no sentido anatômico-antropológico. Já que participam dos bens mais elevados da civilização humana, como a língua e a religião, não se pode atribuir a eles um lugar na base da árvore genealógica da humanidade, e nem mesmo considerar o seu estado como primitivo ou infantil. (ibidem, 131)

É necessário acentuar com a maior resolução este fato de que o conceito de povos naturais não tem em si nada de antropológico, nada de anatômico-fisiológico, mas que pelo contrário é um conceito puramente etnográfico, um conceito relativo à civilização. Os povos naturais são povos pobres de civilização. Povos de qualquer raça e variadamente dotados de qualidades naturais podem ainda não ter progredido até o estado de civilização, ou podem ter regredido desta. (ibidem, 127)

A raça por si não tem nada a ver com o patrimônio da civilização. [porém] Evidentemente seria estultice negar que ao nosso tempo a civilização mais elevada pertence à chamada raça caucasiana ou branca; mas por outro lado é também um fato igualmente importante que já há muitos milênios predomina em qualquer movimento de civilização a tendência a liberar todas as raças de suas cargas e deveres, e assim, a dar maior peso ao grande conceito de humanidade, cuja posse é certamente uma das qualidades mais destacadas do mundo moderno, embora muitos não acreditem na possibilidade de uma realização desta. E se observarmos para além daquele quadro de breve e estreitos acontecimentos, a que se dá o nome pretensioso de história universal, então reconhecemos como a história primitiva e a pré-história, postas além dele, foram obra de homens que faziam parte de todas as raças. (ibidem, 128)

O importante conceito de civilização tem em Ratzel uma forma que o aproxima bastante das definições de cultura correntes no período, como as de Tylor, Morgan e White. Todos os povos compartilham um nível básico de civilização, que os uniformiza enquanto humanidade. Entretanto alguns progrediram mais neste processo:

Habitualmente indicamos com a palavra civilização a soma de todo o movimento mental de uma determinada época. Quando falamos de graus de civilização, de civilização superior e inferior, de semicivilização, e contrapomos entre si os povos civilizados e os povos naturais, atribuímos às diversas civilizações da Terra uma unidade de medida que tomamos do alto grau de civilização que nós mesmos alcançamos. A nossa civilização é para nós a civilização. (...) Não alcançaremos o nosso objetivo, isto é, o de adentrarmos tanto quanto possível na essência da civilização, senão quando tivermos compreendido a força eficaz desenvolvida desde os primórdios por qualquer civilização. Qualquer povo tem dons mentais e desenvolve uma soma de mentalidades na sua vida. Cada povo tem como sua uma soma de cognições e de potências que representa a sua civilização. Mas a diferença entre estas 'somadas de excitações mentais' não está somente na sua grandeza, mas também na sua força de crescimento. (ibidem, 133)

Neste sentido as principais forças propulsoras do desenvolvimento civilizacional seriam o encontro e a conexão dos homens no espaço e o encadeamento entre gerações. Por outro lado, o isolamento espacial e entre gerações são a 'negação da civilização' (ibidem, 134). As civilizações necessitaram uma base material que as possibilitasse o surgimento. Entretanto só se desenvolvem com a aquisição do patrimônio espiritual. Nesse sentido Ratzel define que

(...) embora também a civilização nas suas origens tenha uma estreita conexão com o cultivo do solo, todavia no seu desenvolvimento ulterior não é necessária nenhuma relação entre estas duas coisas. (...) À medida que um povo cresce, sua civilização se libera do solo e quanto mais vai se desenvolvendo tanto mais vão se criando os órgãos que servem não apenas à fixação. (ibidem, 137)

Relacionando isto às influências do clima, historicamente ocorridas, se conformariam zonas de civilização "(...) esses climas dão origem a grandes territórios de condições climáticas análogas, territórios de civilização, dispostos na forma de faixas em torno do globo terrestre." (ibidem, 138). Assim, os países temperados seriam o berço da civilização "(...) tão necessariamente como situamos nos países tropicais o berço da humanidade" (ibidem, 137).

2.4.O caráter político da antropogeografia.

Tendo entre seus principais conceitos 'território', Ratzel sempre estava preocupado com as questões relativas ao poder sobre o espaço, principalmente na dimensão dos povos/etnias/raças. Para Ratzel, esse seria o campo da geografia: o percurso de uma raça/povo, e seus choques com outros (e suas inter-relações com o território), a longa relação com os outros (expulsão/mestiçagem), "o exame das formações políticas nas quais os conquistadores se dividem no momento em que se estabelecem em um novo território", as prévias disputas entre povos que se sucederam neste espaço, as "condições naturais que favoreceram ou obstaculizaram a expansão", o seu isolamento, e esforços para manterem-se e consolidarem-se. Outro ponto central é a importância da relação Estado-sociedade-território: "A sociedade que consideramos, seja grande ou pequena, desejará sempre manter sobretudo a posse do território sobre o qual e graças ao qual ela vive. Quando essa sociedade se organiza com esse objetivo, ela se transforma em Estado." (RATZEL, 1990a, 75). Por exemplo, Ratzel cita a 'sociedade de tipo mais simples', a família, que também é o tipo social mais unido: "Mesmo quando assumem forma política, continuam a ver na sua conexão alguma característica familiar". Ratzel indica variações nas associações entre os membros de diferentes escalas da sociedade humana: famílias, comunidades e vila são associações estritamente unidas, do tipo 'união social'; já as associações acima do tipo 'tribo' apresentam uma união rarefeita, do tipo 'união política'.

2.5.A universalidade da disciplina

A geografia deve abarcar toda a história da humanidade. Universalidade no sentido da escala de análise (toda a Terra), e também no sentido metodológico, positivista, no qual a ciência geográfica pode ser aplicada e desenvolvida em todos os locais da Terra: "Se é verdade que a geografia estuda os mesmos fenômenos que são estudados também por outras ciências, seu método contudo se distingue sempre por esta sua tendência natural a ampliar seu ângulo de visão, a realizar uma observação que eu diria holoica, isto é, que abarca toda a Terra" (ibidem, 97). Ratzel analisa que a história dita universal se limita à escala da Europa, e advoga a necessidade da adoção de histórias de todos os locais/regiões. O autor não usa para tratar desta questão o conceito de 'escala', mas 'erro geográfico'. Tais erros de análise levam a resultados deformados, principalmente por privilegiar a Europa. Citando nominalmente Kant, que teria sido o primeiro a perseguir esta

(...) estrada falsa, que Fichte, Schelling e Hegel seguiram depois, chegando a um resultado geograficamente absurdo. (...) E se observe (...) como essas ideias deveriam se enraizar, a ponto de que o próprio Augusto Comte pôde afirmar explicitamente que seu estudo histórico-filosófico se limitava aos povos de raça branca, e por outro lado dedicar uma

preferencia tão acentuada aos habitantes da Europa ocidental, como aqueles que constituem uma civilização mais avançada e representam a elite ou avantgarde de l'humanité! (ibidem, 92)

No *Cap. 5. Tarefas e métodos da geografia do homem; item 36. O método indutivo da Antropogeografia* o geógrafo alemão diferencia os métodos e objetivos da geografia e da etnografia¹¹. Essa última estudaria os povos sob os aspectos particulares (língua, costumes, usos) e a geografia os representaria como um todo, conjunto compacto, pois o antropogeógrafo "(...) passa do estudo dos povos à concepção superior da humanidade. De tal forma que da comparação nasce a síntese, cuja legitimidade, ou melhor, cuja necessidade dentro do estudo geográfico nasce da difusão de alguns fenômenos para toda a Terra, ou pelo menos para uma grande parte desta. (ibidem, 97).

3. Barth

Fredrik Barth embora norueguês nasceu em Leipzig em 1928, de pais geólogos. Sua carreira acadêmica iniciou-se no curso de paleoantropologia e arqueologia da Universidade de Chicago. Depois, na Inglaterra, passa pela *London School of Economics*, onde conheceu E. Leach, seu professor em Cambridge, onde se doutora (1957) com a tese *Political Organisation of Swat Pathans*. Foi professor na Noruega, em Oslo e depois em Bergen, onde fundou o departamento de Antropologia Social, em 1961 e permaneceu até 1974. Após passagem como professor e diretor do Museu Etnográfico da Universidade de Oslo, foi professor em Emory (1989-1996), Boston (1997-2008), e Harvard. Dado essencial é a importância nas suas pesquisas dos intensivos trabalhos de campo e estudos etnográficos. Seus estudos começam tendo como área de estudo o Curdistão iraniano em 1951, e incluem ao longo de sua carreira: Paquistão, Sudão (onde também foi professor), Nova Guiné, Omã, e Indonésia e Butão, já nos anos 1980 e 1990.

A escolha deste autor foi baseada na possibilidade de verificar algumas semelhanças e divergências entre ele e Ratzel, as quais fossem férteis para o estudo da etnicidade e espaço no Nordeste brasileiro. Desta maneira apontamos em primeiro lugar sua proposta teórica metodológica alternativa ao funcionalismo, estruturalismo e ao essencialismo: "(...) O impulso teórico básico de meu trabalho tem sido mostrar as variações, e tentar encontrar maneiras de construir modelos a partir de situações empíricas que não as distorçam no sentido de torna-las homogêneas." (BARTH, 2000, 209). Assim, como um contraponto à visão ratzeliana da busca pelas origens e difusões dos povos, apresentamos a tese de que 'a ideia de que há culturas, de que há unidades e subunidades bem delimitadas, distorce demais as coisas'. Duas características de sua antropologia social vão neste sentido.

A primeira é a definição de que a fronteira étnica é colocada politicamente, sendo uma criação artificial para limitar determinadas pessoas em circuitos previamente estipulados. Tais 'distinções étnicas'

(...) não dependem da ausência de interação e aceitação sociais, mas ao contrário, são frequentemente a própria base sobre a qual sistemas sociais abrangentes são construídos. (...) as distinções entre categorias étnicas não dependem da ausência de mobilidade, contato e informação, mas implicam processos de exclusão e de incorporação, através dos quais, *apesar* das mudanças de participação e pertencimento ao longo das histórias de vida individuais, estas distinções são mantidas. (ibidem, 26)

A segunda é a sua disposição de trabalhar também com a ecologia, não tendo um preconceito que negativa qualquer tentativa de incorporação desta pelas ciências sociais. Ele analisa que, dentre outros fatores históricos, as variadas condições ecológicas também permitem entender variações culturais, organizações sociais, e escolhas políticas. Todavia, estas influências devem ser rigorosamente descritas particularmente (ibidem, 31):

(...) precisamos assumir um ponto de vista que não confunda os efeitos das circunstâncias ecológicas sobre o comportamento com os efeitos da tradição cultural, tornando possível a separação desses fatores e a investigação dos componentes culturais e sociais não-ecológicos que agem no sentido da criação da diversidade.

Dentre alguns dos grandes temas desenvolvidos por Barth estão as variações e mutabilidades. Estas são internas aos grupos sociais, ocorrerem naturalmente com o tempo e permitem aos indivíduos atravessar as fronteiras étnicas. Todavia a existência das variações individuais não exclui o valor das normas e sua efetividade, pois mesmo com a diversidade de ações e pensamentos, este variado repertório significa/representa expectativas sociais de interação já estabelecidas. Neste sentido as diferenças culturais são pesquisadas como formas de organização social, e a variação é natural). Para Barth a principal questão da vida social é a capacidade de organização, e não somente seguir as normas, como propalado pelas tendências formalistas e positivistas.

¹¹ Outra possível diferença pode estar na descrição de Moraes (op.cit., 15) de que o naturalista J. R. Foster desenvolveu uma metodologia de observação e levantamento de campo que foi elogiada e assumida por Humboldt, Ritter e Ratzel.

Sua metodologia é calcada na pesquisa etnográfica e procura não partir de pressupostos teóricos para serem testados em campo: “Nunca procurei uma teoria que pudesse aplicar. Tenho procurado lugares que possa estudar, e daí uso tudo que consigo reunir em termos de teoria para esclarecer algo sobre estes lugares.” (ibidem, 202). Portanto conduzindo uma direta crítica à possibilidade de “(...) delinear unidades como estamos acostumados a fazer na antropologia, chamando populações ou regiões do mundo de culturas” (ibidem, 212). Propondo então

(...) pensar a cultura em termos de processos, que ocorrem em uma população, sem nos preocuparmos tanto com a descrição do que seja sua distribuição. O passo seguinte será perguntar: ‘como esses processos se distribuem?’; isso, porém, é uma questão empírica, pois **eles não se definem em termos de uma cultura ou região**. Precisamos investigar e verificar como se dá sua distribuição. Descobriremos que certos tipos de coletividade social, certas formas de participação no conhecimento e na cultura tem distribuição muito diversificada. (ibidem, 213, grifo do autor).

O próprio autor indica os limites da etnicidade para mapear a distribuição da cultura entre as pessoas, pois “A etnicidade é um dos padrões de compartilhamento de características culturais e pode ser que represente apenas um pequeno setor da herança cultural de uma determinada pessoa. Participamos de outras comunidades de cultura que não podem ser descritas como étnicas” (ibidem, 217). Assim, apesar de em seus estudos Barth considerar a interação entre as pessoas o dado primário, ele admite que “(...) certamente a experiência contemporânea em todos os lugares é a de que o Estado é poderoso, talvez cada vez mais perigoso, cada vez mais definidor de nossas vidas.” (ibidem, 214). Porém mesmo as análises que levem os Estados em consideração não podem o naturalizar, pois

As formações estatais podem estar baseadas em concepções muito diversificadas de estrutura e unidade. (...) Assim, deveríamos ser flexíveis e abertos às diferentes variações de Estado. Minha principal regra analítica é deixar de totalizar o Estado como uma quase sociedade e, em vez disso, distinguir um regime como ator no campo político. O regime tem interesses primários específicos visando a sua manutenção; é muito poderoso e ativo, mas não está isolado no campo político! (ibidem, 215).

Destacamos ainda a chamada à ação de Barth aos antropólogos, principalmente no sentido da necessidade destes estarem permanentemente mais bem preparados para responder urgentes questões sociais, mobilizando suas inspirações teóricas, propostas metodológicas e experiências.

4. Considerações finais

Nesta seção faremos considerações sobre as inspirações teóricas e metodológicas surgidas nas leituras de Ratzel e Barth. Primeiramente destacamos as suas perspectivas diversas ao funcionalismo nascentes com Durkheim que se instalou hegemonicamente nestes campos científicos durante o século XX, sob diferentes formas e desenvolvimentos. Em nossa pesquisa sobre grupos étnicos no sertão nordestino sentimos que estas referências não nos eram suficientes e por isso a busca por novas perspectivas de análise, que comportassem principalmente o caráter histórico, cultural e político do estudo das etnias em sua relação com o espaço geográfico. Antes de iniciarmos advertimos das grandes dificuldades de efetuar atualmente análises como as propostas por Ratzel sem cair no anacronismo, e ressaltamos que nossa intenção é a de procurar elementos que iluminem nossas questões sem provocar aproximações extemporâneas ou forçadas. Almejamos apreender o contexto de Ratzel e sua inserção na história das ciências, e é neste sentido que buscamos suas contribuições.

Principiamos estabelecendo que consideramos o espaço geográfico responsável pela instituição da dimensão da convivência, da coetaneidade, sendo portanto conformado pelo encontro de diversas trajetórias (MASSEY, 2008). Assim não somente é ressaltado o caráter político desse conceito, pois a convivência pressupõe a política, como também ganha vulto o aspecto histórico (as trajetórias) na conformação dos espaços. O segundo conceito essencial nesta pesquisa é o de território, que identifica as relações de poder e propriedade sobre determinadas porções do espaço. A “(...) territorialidade (...) é uma poderosa estratégia geográfica para controlar pessoas e coisas através do controle da área (...). Territorialidade é a expressão geográfica primária do poder social.” (SACK, 1986, 5). O terceiro constituinte do aparato conceitual que sustenta a pesquisa são justamente as já apresentadas fronteiras étnicas (Barth, op.cit.). Estas introduzem nas análises sobre organizações sociais a perspectiva da não essencialização. As fronteiras étnicas são construções dinâmicas, definidas numa incessante dialética entre inclusão e exclusão, sendo um processo negociado politicamente.

Logo, trabalhamos (PAOLIELLO, 2012) com as distintas trajetórias que conformaram e conformam espaços densamente distinguidos por diferentes territorialidades. No caso identificamos historicamente alguns padrões de trajetórias que estão nas raízes de algumas das comunidades étnicas contemporâneas. Para tanto percorremos um histórico mais antigo, hoje distante das memórias locais, compreendendo a formação territorial na região e sua

relação com as identidades étnicas. Desde a designação de categorias identitárias a povos desconhecidos, os indígenas e suas territorialidades foram o alvo da colonização. Aos negros o papel reservado foi o de escravo. Com a intensificação dos combates e fragmentação das grandes nações indígenas a estratégia foi modificada. Buscava-se então a integração do índio nesta nascente sociedade, sob a figura de trabalhadores em regimes análogos a escravidão.

As especificidades dos refúgios nas quais se localizavam estas comunidades concorreram para seu relativamente baixo grau de integração na sociedade local. Neste sentido terrenos em serras, como a Serra Umã, foram privilegiados para o desenvolvimento destas comunidades. Ainda que não fosse local de moradia permanente de uma única etnia a serra Umã, ou *dos Umãs*, como alguns relatos históricos e descrições locais a nomeiam, foi um espaço densamente ocupado. Ocupação a qual se realizou durante todo o período de conquista colonial, por diversos grupos advindos de diferentes locais. A convergência entre estas pessoas resultava de uma situação de perigo iminente, provocador de desestabilização social de tal monta que ocasionava fugas sucessivas. Assim chegaram quilombolas fugidos das fazendas locais, dos ricos engenhos do agreste e zona-da-mata, negros forros que não aceitaram trabalhar em situações de exploração e os índios das mais diversas nações e povos (quase desconhecidos pela historiografia).

Outras comunidades não se mantiveram com tal grau de relativa independência frente ao processo colonizador. Desagregados de suas antigas organizações sociais tornaram-se mão-de-obra 'barata e abundante' nas fazendas da região. Assim se incluíam entre os 'moradores', trabalhadores que habitam a terra de um proprietário de quem são também empregados. Com seu trabalho contínuo, na maior parte do tempo para o patrão e nas horas livres para subsistência, os moradores foram subsistindo e constituindo suas famílias. Ao longo do séc. XX, acompanhando o tempo do 'progresso' calcado em alguns arranjos produtivos principais – como a maniçoba, o caroá e o algodão – algumas famílias de moradores adquiriram pequenos terrenos. Logo, identificamos aqui duas situações históricas que, ao final do século XX vão desembocar nas reivindicações de reconhecimento étnico: habitantes das serras, densamente ocupadas, com maior liberdade de usufruir de uma porção de terra e moradores de fazendas, empregados e submetidos a um patrão/proprietário fundiário. Com estas definições as 'etnogêneses' se tornam mais claras.

Em meados do séc. XX se dá o reconhecimento oficial dos caboclos da serra Umã como índios, pelo governo federal, através do SPI. Na segunda metade da década de 1980 os conflitos fundiários se acirraram e a comunidade passou a mobilizar redes de cooperação extra-locais que lhe permitiam ter maior poder de negociação. Nesse contexto a comunidade Atikum teve a serra Umã garantida como seu território tradicional, através de longo e violento processo demarcatório, encerrado em 1996, mas até hoje sem a desintração completa dos não-índios. Neste processo, por causa de pressões políticas e ameaças violentas de poderosos locais, foram excluídas diversas comunidades que se consideravam do povo Atikum, e assim já haviam sido, outrora, oficialmente reconhecidas. Esta situação provoca uma reorganização étnica na região, com comunidades que foram deixadas de fora do território oficial sendo constantemente ameaçadas e sem nenhuma proteção governamental. Neste âmbito encontramos as comunidades da Serra do Arapuá e Cacaria que vieram a mobilizar-se a seguir para o reconhecimento governamental. Como naquele momento não conseguiram apoio das comunidades da T.I. Atikum esta população se organizou como uma nova etnia, os Pankará. A partir dessa redefinição partiram para o processo de garantir direitos de assistência e fundiários.

Simultaneamente, a partir da década de 1990 começam a se organizar (nacionalmente) movimentos sociais pautados na defesa da cidadania dos negros. Na região temos o exemplar processo deflagrado em Conceição das Crioulas, ainda antes da regulamentação do artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988 que só ocorre entre 2003 e 2004, e lhes garantiu territórios de 'remanescentes de quilombos'. A proximidade entre Conceição das Crioulas e a Serra Umã, a falta de ação integrada entre órgãos federais, a diferença de abrangência da assistência social para índios e negros, e as disputas faccionais, eleitorais e fundiárias foram responsáveis por uma situação conflituosa entre essas comunidades. Neste conflito houve a reivindicação de comunidades que foram abarcadas pelo território quilombola no sentido de serem reconhecidas como parte do povo Atikum, requerendo uma ampliação da T.I. Indicações da FUNAI de que iniciaria este processo, juntamente com a situação vivida pelas comunidades excluídas na demarcação da T.I. Atikum, provocaram uma aceleração de 'emergências étnicas Atikum'. Foram seis dentro da área quilombola e mais dezessete no entorno da terra indígena. Além destas, reconhecidas pelo chefe de posto da FUNAI e pelas lideranças indígenas foram relatadas ainda outras

doze, que estariam se mobilizando mais recentemente neste sentido.

De outra maneira, a despeito dos conflitos e percalços na titulação e regularização fundiária de Conceição das Crioulas, muitas comunidades da região buscaram este mesmo caminho. Um contexto recente de formação de associações comunitárias com o apoio de ONGs e governos sustentou novas reivindicações. Foram doze comunidades reconhecidas pela Fundação Palmares, sete em Mirandiba, duas em Carnaubeira da Penha e duas em Salgueiro.

Todo o longo histórico explorado demonstrou que as relações sociais neste espaço foram impostas de maneira violenta. Impossível não notar o caráter racial das classificações sociais. Justamente esta racialização das relações sociais, promovida pela colonização e modernização (e seus discursos civilizatórios) foi a raiz das comunidades étnicas atuais. Por outro lado, estes grupos étnicos sofrem a atribuição de estigmas de serem descaracterizados. Neste sentido a pesquisa a partir da perspectiva espacial (não sincrônica, pois o espaço é a ‘esfera da coexistência de uma multiplicidade de trajetórias’) permite conclusões claras.

Nosso trabalho consistiu em identificar estas dinâmicas sociais, relacionando-as por meio da análise de um local específico. Acreditamos que a (re)criação ininterrupta das fronteiras étnicas estão, enquanto ações sociais definidoras das identidades de grupos, profundamente combinadas com as territorialidades. São estratégias para controle de pessoas e recursos através do controle da área. Neste sentido pesquisamos como a dinâmica das fronteiras étnicas foram mudando de acordo com distintas territorialidades e territorializações.

A este complexo e dinâmico quadro étnico-territorial estão imbricadas questões econômicas fundamentais. Na década de 1980 a região foi abalada por uma forte crise na produção de algodão, devido a praga do bicudo e aos preços do mercado global. O tempo do ‘progresso’ chegou ao fim e alternativas deviam ser buscadas. As fazendas foram fortemente atingidas. Muitas delas, insustentáveis para os antigos donos, foram também abandonadas, assim como seus ‘moradores’. Identificamos como alternativas principais a revitalização e reorganização étnica na região, o tráfico da maconha (e as organizações ilegais), e as redes agroecológicas.

Entendemos que somente uma análise conjunta das ações comunitárias (locais, mas integradas a redes em diversas escalas) e das normatizações e ações governamentais (em escala nacional, principalmente, mas também municipal e estadual), podem oferecer um quadro de entendimento à situação das emergências étnicas contemporâneas. Uma terceira perspectiva que não pode ser desprezada é o campo cultural das relações simbólicas (não isoladas da política) e suas mudanças. Esta seria delineada a partir da compreensão do atual período histórico, a globalização, tomada não como uma etapa natural da evolução da humanidade, mas como a imposição de um projeto político. Logo observamos um fenômeno contemporâneo a partir de diversas faces de análise, abarcando distintas temporalidades e atravessando várias escalas espaciais. Apesar do discurso da globalização ser totalizante, orientado a legitimar o sistema econômico centrado no capital financeiro e reproduzir a manipulação ideológica sobre raça, civilização e modernização, lembramos que este período técnico-científico-informacional proporciona novas formas de consciência em escalas nunca alcançadas, modificando concretamente situações sociais (SANTOS, 2007).

Neste contexto ressaltamos a integração das comunidades locais, através de suas associações, ao poder municipal, mas também a organizações mundiais de solidariedade e cooperação. Estas conexões alavancam suas ações, como no caso pesquisado, com a inserção das comunidades em projetos do governo federal que possibilitaram uma alternativa à população rural. Ainda neste contexto ‘globalizante’ verificamos a possibilidade de desenvolvimento social, apoiado em bases comunitárias e sustentáveis, através da promoção da agricultura familiar e da agroecologia.

Neste sentido consideremos, como exposto em diversas passagens, que nossa narrativa é também uma escolha, baseada em princípios teórico-metodológicos próprios, e que estas definições são parte essencial do trabalho, desde a escolha da questão, passando pelas formas de pesquisa e chegando às conclusões propostas. A necessidade da análise histórica se faz premente para a desconstrução de narrativas hegemônicas. A escolha do tema (relação etnias-territórios, ou cultura-espaço) justifica-se pelo significativo papel político desempenhado pela geografia, historicamente associada às expansões coloniais. Pensamos na ciência geográfica estabelecida historicamente em lugares e com objetivos definidos, acompanhando a formação dos Estados nacionais territoriais. Logo concordamos com Porto-Gonçalves (2008, 3) que “A geografia se vê, assim, convocada, por aqueles que se mobilizam socialmente a participar desse processo instituinte, assim como foi convocada, na verdade instituída pelo Estado para fazê-lo, na conformação do mundo moderno-colonial a partir do Renascimento”. Em outra passagem, o mesmo

autor nota a relação entre as aspirações de muitos movimentos sociais e a geografia: a luta dos indígenas por demarcação de terra seria “rigorosamente geografar (geo = terra + marcar = grafar)”. E da mesma maneira diversos “(...) movimentos sociais ressignificam o espaço e, assim, com novos signos grafam a terra, geografam, reinventando a sociedade. A geografia, deste modo, de substantivo se transforma em verbo – ato de marcar a terra” (idem).

Referências bibliográficas

- BARTH, F. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- CARVALHO, M. de. Diálogos entre as Ciências Sociais: um legado intelectual de Friedrich Ratzel (1844 – 1904). **Biblio 3W. Revista de Geografia y Ciencias Sociales**, nº 34, 1997. Disponível em: <http://www.ub.es/geocritic/b3w-34.htm>
- _____. Ratzel: releituras contemporâneas. Uma reabilitação? **Biblio 3W. Revista de Geografia y Ciencias Sociales**, nº 25, 1997. Disponível em: <http://www.ub.es/geocritic>
- _____. Friedrich Ratzel (1844-1904): “o insípido está sempre incorreto”. **GEOgraphia**, Vol. 12, N 23, 2010.
- CORRÊA, R. L. Sobre a Geografia Cultural. 2009. Disponível em: ihgrgs.org.br/Contribuicoes/Geografia_Cultural
- DUNCAN, J. **The City as Text: The Politics of Landscape Interpretation in the Kandy Kingdom**. Cambridge University Press: Cambridge, 1990.
- DURKHEIM, E. Morphologie sociale. **L'Année sociologique** 2: 520-521, 1897-1898.
- _____. Anthropogeographie (resenha crítica). **L'Année sociologique** 3: 550-558, 1898-1899.
- HEFFERNAN, M. Geographical traditions: emergence and divergence. In: **Histories of Geography**, 2008.
- HOEFLE, S.W. Geografia e Antropologia: Convergências e Divergências Históricas. **Espaço e Cultura**, nº 22, p.4-31. Jan./dez., 2007. Disponível em: www.nepec.com.br.
- LA BLACHE, P.. A Geografia Política a propósito dos escritos de Friedrich Ratzel. **GEOgraphia** 4, set. 2009. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/81/79>. [1898]
- MARTINS, L. de L. Friedrich Ratzel. **GEOgraphia**, v.3, n.5, p.8991, 2001.
- MASSEY, D. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2008.
- MERCIER, G. A região e o Estado segundo Friedrich Ratzel e Paul Vidal de la Blache. **GEOgraphia**, 11, fev., 2011. Disponível em: uff.br/geographia/
- MORAES, A. C. R. de. A antropogeografia de Ratzel: indicações. In: MORAES, A. C. R. de. **Ratzel: Geografia**. Ática: São Paulo, 1990. P. 7-27.
- NAME, L. A natureza como o outro de diferentes partes: uma discussão sobre Ratzel e alteridade. **Biblio 3W**, Universidad de Barcelona Vol. XV, nº 854, 5 de enero de 2010. Disponível em: [ub.es/geocritic/b3w-854.htm](http://www.ub.es/geocritic/b3w-854.htm).
- PAOLIELLO, T. **O crescimento da presença indígena nos censos nacionais: a região Nordeste**. Monografia - Bacharelado em Geografia - UFRJ. Rio de Janeiro: IGEO/UFRJ, 2007.
- _____. O Crescimento da Presença Indígena nos Censos Nacionais 1991-2000: Uma Análise da Região Nordeste. In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu, 2008. Disponível em: abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1503.pdf
- _____. **Revitalização étnica e dinâmica territorial em Mirandiba: alternativas contemporâneas à crise da economia sertaneja**. Contracapa: Rio de Janeiro, 2012a.
- _____. Dinâmicas recentes da população indígena no Nordeste brasileiro. **Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**, Águas de Lindóia/SP, 2012b.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Organização do espaço: Objeto de estudo, objeto de desejo**. Rio de Janeiro, 2008. Texto de disciplina ministrada pelo autor, inédito.
- RATZEL, F. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, A. C. R. de. **Ratzel: Geografia**. Ática: São Paulo, 1990a. P. 32-107
- _____. As raças humanas. In: MORAES, A. C. R. de. **Ratzel: Geografia**. Ática: São Paulo, 1990b. Pp. 108-150.
- _____. Sobre a interpretação da natureza. **GEOgraphia**, v.12, nº 23, p.157176, 2010 [1904]
- _____. Amigos, o sublime não mora no espaço. **GEOgraphia**, Vol. 3, Nº 5, 2001 [1903]
- _____. O Solo, A Sociedade e o Estado. In: **Revista do Departamento de Geografia**, n. 2, p. 93-101, 1983.

- SACK, R. D. The meaning of territoriality. In: **Human Territoriality**. Cambridge: Cambridge University Press. 1986. p. 5-27.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal**. 5ª ed. São Paulo: Record, 2007.
- SAUER, C. O. The formative years of Ratzel in the United States. **Annals of Association of American Geographers**, Vol. 61, n. 2, 1971, p. 245-254
- _____. Hacia una geografía histórica. **Geografía en Español – Traducciones** [Colombia], Nº 4: 1-18. 2010. Disponível em: http://www.geografiaenespanol.net/Sauer_GeE_4.pdf. [1941].
- SCHEIN, R. H. Cultural Traditions. In: Duncan, J., Johnson, N., Schein, R. (editors). **A Companion to Cultural Geography**. Blackwell, 2004. p.11-23.
- SEEMANN, J. Em busca do lugar de Franz Boas na geografia cultural. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, Nº. 19-20, P. 7-21 jan./dez., 2005.
- _____. Friedrich Ratzel entre Tradições e Traduções. **Terra Brasilis (Nova Série)** [Online], 1, 2012, Disponível em: <http://terra-brasilis.revues.org/180>
- WANKLYN, H. **Friedrich Ratzel: a biographical memoir and bibliography**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1961.